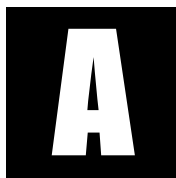


Apresentação

MARCELO KUNRATH SILVA



pós um período de relativo refluxo, a temática dos movimentos sociais parece retomar uma posição de centralidade na agenda de pesquisa das ciências sociais brasileiras. Tal retomada se expressa na significativa presença do tema em periódicos científicos nacionais¹ e, também, no expressivo número de trabalhos apresentados em Grupos de Trabalho dedicados ao tema em eventos científicos recentemente realizados no país².

Esta retomada, no entanto, não significa um mero retorno aos temas, abordagens e metodologias que caracterizaram o debate e a produção acadêmica em períodos anteriores. Ao contrário, um dos aspectos marcantes de parcela importante da produção recente é a introdução de inovações temáticas e teórico-metodológicas que estão modificando pro-

* Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), pós-doutorado pelo Watson Institute for International Studies/Brown University (EUA). Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da UFRGS. Atualmente é Coordenador do PPGS desta mesma instituição. E-mail: mksilva@ufrgs.br

1 Sociedade e Estado, v.21, n.1, 2006; Estudos Históricos, n.42, 2008; Caderno CRH, v.21, n.54, 2008; Lua Nova, n.76, 2009; Revista Brasileira de Ciência Política, n.3, 2010; Ciências Sociais Unisinos, v.46, n.1, 2010; Política & Sociedade, v.10, n.18, 2011.

2 O GT “Antropología, Compromiso Militante y Participación Política”, na IX Reunião de Antropologia do Mercosul, realizada em julho de 2011, teve 21 trabalhos selecionados para apresentação. Os dois GTs dedicados especificamente ao tema dos movimentos sociais no XV Congresso Brasileiro de Sociologia, realizado em julho de 2011, selecionaram 72 trabalhos para apresentação. Finalmente, o GT “Sociedade Civil: protestos e movimentos sociais”, no XXVIII Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia, realizado em setembro de 2011, teve 267 trabalhos selecionados para apresentação.

fundamente este campo de estudos. De um lado, tais mudanças tendem a renovar e, em muitos casos, qualificar a produção nacional; de outro lado, no entanto, a ausência de familiaridade com os novos referenciais teórico-metodológicos (e, por vezes, inconsistência na incorporação dos mesmos) pode ser geradora de incompreensões e obstáculos a um diálogo produtivo entre os pesquisadores do campo.

O presente dossiê integra-se a esse esforço de renovação do campo de estudos sobre movimentos sociais no Brasil, ao mesmo tempo em que espera contribuir na superação dos obstáculos e incompreensões acima referidos. Nesse sentido, os trabalhos reunidos neste dossiê abordam e/ou dialogam com perspectivas teóricas e metodológicas que hoje ocupam uma posição de centralidade no debate internacional sobre os processos que, de forma ampla, conformam aquilo que tem sido recentemente denominado como política contestatária (*contentious politics*).

O primeiro artigo, de Doug McAdam e Sidney Tarrow, enfoca as complexas relações entre processos político-eleitorais e política contestatária, identificando diferentes configurações destas relações. Para demonstrar a potencialidade analítica da abordagem proposta, os autores exemplificam com uma análise da trajetória dos conflitos raciais nos Estados Unidos.

Seguindo na mesma linha de problematização das perspectivas dominantes de análise das relações entre movimentos sociais/sociedade civil e Estado, o artigo de Rebecca Abers e Marisa von Bülow propõe a abordagem de redes como recurso analítico para apreender formas de intersecção entre organizações sociais e Estado, as quais tendem a ser desconsideradas e/ou ocultadas por modelos de análise que enfatizam, a partir de diferentes enfoques, a externalidade como característica intrínseca daquelas relações.

O artigo de Marcelo Kunrath Silva e Gerson de Lima Oliveira, a partir de um estudo sobre as trajetórias de militantes do *movimento de economia solidária* do Rio Grande do Sul, também aborda as relações entre

Estado e movimentos sociais. Neste sentido, o artigo identifica, no trânsito institucional de militantes, viabilizado por uma intensa interpenetração entre movimentos e partidos políticos no Brasil, um mecanismo central para a explicação da significativa interseção entre sociedade civil e Estado observada no campo da Economia Solidária.

O quarto artigo, de Javier Auyero, apresenta um balanço de sua trajetória de quinze anos de etnografia política, abordando temas como o clientelismo, as relações entre patronagem e protesto, a “zona cinzenta” constituída pelas relações entre agentes institucionais e violência, a dimensão política da “espera” e o sofrimento ambiental como expressão e mecanismo de reprodução da desigualdade e dominação.

No quinto artigo, de Angela Alonso, a autora problematiza o argumento tradicional, um verdadeiro senso comum acadêmico, que enfatiza o “insolidarismo social” brasileiro em contraposição à propensão associativa que caracterizaria países como os Estados Unidos, conforme destacado por Tocqueville. Com base em uma detalhada pesquisa empírica sobre o movimento abolicionista no Brasil, identificado como o primeiro movimento social do país, a autora demonstra a existência de um vigoroso processo de auto-organização social que foi capaz não só de pressionar o Estado, mas também incorporar politicamente estratos sociais marginalizados pelas instituições políticas imperiais.

Por fim, o sexto e último artigo, de Frédéric Sawicki e Johanna Si-méant, apresenta e analisa a sociologia do engajamento militante na França. A republicação deste artigo, publicado originalmente em 2009 na revista *Sociologie du Travail*, visa oferecer ao público brasileiro uma introdução a uma perspectiva analítica extremamente fértil, mas cujas obras de referência ainda não estão disponíveis em língua portuguesa.